

2013

Instituto Superior de
Agronomia

Augusto Manuel Correia

[A AGRICULTURA FAMILIAR VERSUS A AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO ESPAÇO DOS PAÍSES DA CPLP]

Apresentada na oficina de Segurança Alimentar e nutricional daCPLP na World Nutrition Rio 2012 e publicado no livro “Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafios e Perspectivas”, págs. 119 – 133 pela Fundação Fio-Cruz e pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical no Rio de Janeiro.

A AGRICULTURA FAMILIAR *versus* AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA no âmbito da segurança alimentar no espaço dos países da CPLP

AUGUSTO MANUEL CORREIA. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, amcorreia@isa.utl.pt

Resumo

Depois de algumas considerações sobre o aparecimento e evolução da agricultura, o autor dá um panorama das determinantes naturais e socioeconómicas que mais terão influenciado aquela mesma evolução que tenham sido exógenas ou endógenas.

Seguidamente aprofunda os conceitos de agricultura de subsistência e familiar chamando a atenção para o pouco cuidado que muitos autores têm na utilização da terminologia o que naturalmente acaba por ter efeitos negativos na percepção correcta das realidades que queremos retractar ou compreender.

Realça a grande importância que a agricultura familiar acaba por assumir nos países em vias de desenvolvimento com particular realce nos países subsaarianos e nomeadamente no Espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Salienta então a importância que a agricultura familiar acaba por ter na segurança alimentar dos países da CPLP tendo também a atenção à população economicamente activa na agricultura em cada um daqueles países e faz-se uma caracterização, ainda que sumária, dos principais aspectos que aquele tipo de agricultura acaba por assumir em cada um dos oito países.

Finalmente, numa óptica quer de melhoria deste tipo de agricultura como da sua possível evolução, são referidas as suas principais limitações endógenas e sobretudo exógenas. É ainda feita uma chamada de atenção para a importância que a cooperação internacional poderá assumir no futuro desde que sejam garantidos os cuidados necessários para o seu sucesso.

Palavras chave: Agricultura familiar, CPLP,

1 – Introdução

A revolução agrícola do “neolítico” ou seja, a passagem da época da simples coleta para a agricultura, aconteceu no Neolítico há cerca de dez mil anos. Seria preciso esperar quase mais dez mil anos para se assistir a uma nova revolução na agricultura e que apareceu na sequência da revolução industrial no fim do séc. XIX a qual, naturalmente, teve impactos importantes nos países aonde aquela revolução conseguiu chegar quer no desenvolvimento quer nos aspectos ambientais.

Uma das interrogações que mais tempo tem tomado a muitos investigadores, é o do entendimento da evolução que, desde então, os sistemas agrários foram tendo ao longo da história e fundamentalmente, a razão de porque é que o seu desenvolvimento não foi mais ou menos homogêneo a nível do globo. Na realidade, hoje, ainda que de forma residual, é possível observarmos populações que dependem essencialmente da coleta dos produtos da floresta tal com acontecia há cerca de doze mil anos no Paleolítico, povos que vivem de sistemas que, com algumas variâncias, denominamos por “agricultura de subsistência” e que, em tudo, são idênticos aos sistemas iniciais de agricultura mais ou menos sedentária e povos que apresentam tipos de agricultura marcados pela revolução industrial e que, pela sua rápida e contínua evolução, levaram a agricultura para um patamar de “actividade económica” e por isso terá aparecido a denominação de “agricultura empresarial”.

Na realidade, se a actividade de colecta se pode considerar hoje como residual e muito confinada a regiões com determinadas características, a que é classificada como “agricultura de subsistência”, ainda que muitas vezes com outras designações, é ainda, em muitos países, nomeadamente nos que se encontram em processo de desenvolvimento, maioritária como acontece nos países africanos da CPLP e em Timor Leste cuja representatividade assume valores expressivos.

Esta agricultura será ainda, a mais representativa a nível global como fornecedora de alimentos às populações.

A agricultura empresarial ou comercial é, naturalmente, a mais representativa na comercialização dos produtos provenientes da agricultura onde, a agricultura familiar vem ocupando o seu espaço e, cuja importância, como veremos, depende das diferentes determinantes que a condicionam.

Não é fácil perceber qual terá sido a evolução dos sistemas mas, parece evidente, que a organização social e dos saberes correspondentes aparecem como um encadeamento complexo de mudanças materiais, sociais e culturais que se vão ordenando durante vários anos de forma mais ou menos marcada de acordo com as determinantes existentes.

Assim, no intuito de melhor percebermos essa evolução, recorremos a Beets (1990) que, de forma esquemática, passa em revista os factores determinantes para a evolução dos sistemas de agricultura encontrados e que podemos resumir em:

- Determinantes naturais
- Determinantes socioeconómicos

Quadro I - Determinantes Naturais

Físicas	Biológicas
Clima	Cultura a produzir
Topografia	Existência de gado
Solos	Infestantes
Estrutura física do solo	Pragas
	Doenças

Fonte: Beets 1990

Quadro II - Determinantes Socioeconómicas

Endógenas	Exógenas
Composição da família	População
Saúde e nutrição	Posse e uso da terra
Educação	Oportunidades fora da agricultura
Preferência alimentares	Infra-estruturas sociais
Aversão ao risco	Crédito
Objectivo a alcançar e atitude para tal	Mercados
Relação com as questões do género	Preços
	Tecnologia
	Acesso a factores de produção
	Extensão
	Oportunidades de poupança

Fonte: Beetes, 1990

Com todas estas condicionantes, é natural que a evolução dos sistemas não tenha conseguido ser homogénea a nível global e que, as especificidades de cada região e das suas gentes, tenham verdadeiramente condicionado a evolução dos sistemas à volta do planeta. No entanto, parece evidente, que as determinantes socioeconómicas exógenas terão sido as mais importantes para a evolução rápida que, muito dos sistemas, terão sofrido nas regiões onde os efeitos da evolução industrial mais se evidenciaram. Como veremos é aqui que a nossa agricultura familiar acabará por assumir diferentes formas.

Por uma questão de arrumação, os tipos de agricultura praticados assim como os sistemas que os integram dependem sobretudo do carácter da produção, isto é, do seu destino. Assim, no essencial, teremos uma produção destinada preferencialmente ou à subsistência ou à comercialização. Podem no entanto, aparecer sistemas que se identifiquem com aqueles dois tal a diversidade que podemos encontrar e é hoje onde se situa a agricultura familiar.

2 – A agricultura de Subsistência *versus* a Agricultura Familiar

Muitos autores utilizam as duas terminologias, muitas vezes, com o mesmo sentido. Como veremos, da agricultura familiar se diz que, mantendo muito dos traços da agricultura de subsistência ou tradicional ou seja, embora fortemente condicionada pelas determinantes naturais e socioeconómicas endógenas, vai estando, cada vez mais ligada aos mercados isto é, influenciada pelas determinantes socioeconómicas exógenas.

Estima-se que 85% das 525 milhões de explorações agrícolas são operadas por pequenos agricultores em talhões inferiores a 2 ha.

Os sistemas de subsistência, como o nome indica, são sistemas que visam fundamentalmente a sobrevivência do agregado familiar o que os torna muito mais resistentes a qualquer mudança. Assim, quando o sistema se torna improdutivo pode mesmo conduzir ao seu desaparecimento. Naturalmente que os condicionalismos que podem levar ao desaparecimento do sistema poderão ter razões que não se prendem apenas com as questões técnicas com por exemplo os conflitos armados. Pelo seu lado, a agricultura comercial é, no essencial, uma actividade económica que faz da venda da produção a sua prioridade.

A organização da produção depende, no essencial, da terra disponível e do nível de tecnologia existente. Para altos níveis de tecnologia e terra disponível estão normalmente associados um alto nível de mecanização e um terreno uniforme, um bom fundo de fertilidade do solo e uma alta disponibilidade de variedades melhoradas. Quando há escassez de terra os sistemas tendem a ser mais intensivos e menos mecanizados.

Como refere Neto (2006), muitos autores preferem utilizar o termo de **agricultura familiar** ao caracterizar as agriculturas tipificadas como camponesas (ou de subsistência), quando estas últimas têm uma relativa integração no mercado e se dedicam à cultura de produtos exportáveis. De facto, em vários países desenvolvidos permanece um amplo sector de agricultura familiar que, embora não sendo capitalista (comercial) – tem porém, uma marcada integração no mercado.

Evande (2001) referia “... No séc. XX a agricultura familiar, em muitas regiões, vem assumindo uma importância importante - não é capaz de se distanciar, por definitivo, das formas de produção camponesa, mas, ao contrário, resguarda componentes essenciais desta e incorpora preceitos de produção moderna e insere-se definitivamente ao mercado da mais-valia. Temos então uma produção tipicamente camponesa, porém, com quesitos de produção capitalista incorporados ao seu âmago. Esta forma de produção é convenientemente conceituada de produção familiar e o seu agente motor o chamado agricultor familiar.

Ainda para aquele autor a “agricultura familiar se assenta no trabalho que permanece de base familiar e tem como objectivo a reprodução da família”.

Do ponto de vista económico, a questão fundamental que diferencia as agriculturas familiares dos países capitalistas desenvolvidos das agriculturas familiares africanas reside nas características dos mercados em que operam e no grau de integração dos mesmos.

Baptista (1995) citando Fridman que, ao explicitar a reprodução da exploração familiar, afirma que se processa num quadro marcadamente mercantilizado tanto em relação às produções de exportação como os meios de produção (a agricultura praticada deixa, muitas vezes, de depender, em maior ou menor grau, dos recursos naturais colocados elas condicionantes naturais à disposição da família). No caso dos países desenvolvidos a exploração agrícola familiar é autónoma, relativamente à colectividade onde ela se insere, na sua relação política com o exterior e na reprodução como unidade de produção. Apesar das diferenças entre esta agricultura e a camponesa nos planos económicos e sociológico, aquele autor tipifica alguns atributos comuns entre ambas: a maior parte do trabalho despendido na exploração é executada por membros do agregado doméstico que lhe está associado; os elementos do colectivo de trabalho familiar perseguem objectivos comuns em relação à exploração; verifica-se a fusão ou (mais exactamente) a identificação da unidade produtiva de mercadorias com a economia doméstica da família associada à exploração.

Já em 2001, Baptista, ao procurar as caracterizações tradicionais das explorações agrícolas assentes no trabalho familiar, sublinha a fusão entre a economia doméstica e a

economia da exploração, e a identificação do conjunto de membros do agregado doméstico, do colectivo familiar, com o destino da unidade agrícola.

A análise relativa à **agricultura familiar incorpora, em regra, duas dimensões principais**. A primeira diz respeito à **mão de obra**, que é maioritariamente familiar, e a segunda é relativa à **integração e inserção dessas agriculturas no circuito monetário mercantil**. Convém nesta lógica referir que as agriculturas familiares da Europa do Sul, embora incorporem algumas características sociológicas idênticas às das africanas, estão completamente integradas nos mercados e estes funcionam com um baixo grau de imperfeição.

Neto em 2006 define as agriculturas familiares subsharianas como sendo “o conjunto das explorações que utilizam essencialmente mão-de-obra familiar na produção e reprodução da unidade doméstica, fazendo parte de sistemas económicos mais vastos e parcialmente integrados em mercados que, tal como nas agriculturas camponesas, funcionam com um elevado grau de imperfeição. Para aquele autor, será o grau de integração no mercado, a quantidade e o tipo de culturas transaccionadas, em regra culturas de exportação (café, algodão, chá por exemplo) que irão diferenciar as agriculturas camponesas das familiares no contexto africano ao sul do Sahara.

Na realidade, se a agricultura comercial, que se consolidou em algumas regiões após o surgimento da revolução industrial, está razoavelmente caracterizada, quer quanto aos meios de produção quer no objectivo da produção, as denominações agricultura camponesa, agricultura tradicional e agricultura familiar são, muitas vezes, utilizadas indistintamente com a pretensão de significarem a mesma coisa o que não é verdade.

Torna-se então difícil perceber quando é que a agricultura deixa de ser uma forma de vida e passa a ser uma actividade económica. A forma como a modernidade foi chegando aos quatros cantos do mundo isto é, à medida que as determinantes socioeconómicas exógenas, atrás referidas, se foram espalhando assim se foram verificando os saltos, mais ou menos qualitativos, na evolução os sistemas vigentes. Assim, quando uma maioria dessas determinantes se conseguia impor, os sistemas evoluíam mais ou menos depressa para a denominada agricultura comercial. Quando, por diversas razões, a resolução dessas determinantes foi difícil, os sistemas evoluíram pouco e quando o isolamento foi total, eles nem sequer conseguiram sair das formas primitivas de subsistência que é a colecta pura e simples. Quando, pelas determinantes socioeconómicas endógenas, as sociedades se vêm obrigadas a sedentarizar a sua agricultura e fazer uma gestão adequada dos recursos naturais para a sua sobrevivência passa a ser essencialmente o seu isolamento e naturalmente existência ou não de mercados, mais ou menos estruturados, que acabam por ser decisivos na evolução dos diferentes sistemas. Aceita-se hoje que, por mais de subsistência que seja o sistema, só o seu profundo isolamento é que faz com que os seus agricultores não vendam nada das suas produções e que permaneçam na pura subsistência.

A partir do momento em que os sistemas e as sociedades rurais passam a ter acesso ao mercado, facilmente percebem o interesse da venda de parte do seu produto sem pôr em causa a sua própria subsistência e o da sua família. Com o evoluir das determinantes exógenas, com o ganho de confiança nos mercados, é natural prever, em muitos locais, a evolução prioritária para o mercado ainda que, numa primeira fase, com uma estrutura de base familiares dando assim lugar ao aparecimento da Agricultura Familiar. A sua

evolução para uma agricultura essencialmente comercial vai continuar a depender da importância e da forma como as determinantes socioeconómicas se conjugarem.

Hoje, as agriculturas familiares que proliferam não dependem, exclusivamente, da evolução que foi possível verificar, ao nível do globo, dos sistemas de agricultura mas, também, de alguns outros vectores que actualmente se vêm verificando e avolumando com alguma importância.

- Regresso ao campo de uma margem significativa de pessoas que perderam o seu emprego e que, com sorte, conseguem regressar à agricultura com o objectivo de explorarem um determinado nicho de mercado (crise financeira actual) ou simplesmente arranjam forma de subsistência provinda dos produtos que conseguem vender. Como defende Evande “Ainda que a agricultura familiar esteja inserida efectivamente no mercado, outros aspectos são lhe particular. Destes aspectos podemos referir apenas ao papel da absorção de mão-de-obra a custos baixos, pois é a própria família a assumir e governar a alocação da sua mão-de-obra”.

- Opção para as famílias poderem voltar ao contacto com a natureza e tirar daí as respectivas vantagens abandonando uma vida citadina muito intensa (principalmente nos países mais desenvolvidos)

- Urbanização crescente das cidades nos países em desenvolvimento que faz aumentar a procura de alimentos e que abre necessariamente um oportunidade para quem pode ter acesso a terra e a factores de produção para produzir produtos para ali vender.

- Situações sociais graves como guerras, que fazem deslocar massas significativas de população que, muitas vezes, e quando conseguem terra para produzir, só têm a agricultura para a sua subsistência alimentar e para obter fundos que, de alguma maneira possam satisfazer as suas necessidades mais básicas.

- Deslocação de comunidades dentro do próprio país para regiões onde ainda há terra disponível para se instalarem e procurarem o seu meio de vida (a ocupação de algumas regiões da Amazônia com comunidades vindas um pouco de todo o Brasil e fundamentalmente da sua Região Nordeste é uma das expressões mais vivas desta situação).

Embora todas as espécies de agricultura familiar sejam possíveis de detetar na comunidade dos países de língua portuguesa, a generalização das situações nos países da CPLP não é fácil de conseguir uma vez que eles próprios, apresentam diferenças muito marcadas entre si e por vezes, dentro dos próprios países onde ainda o desenvolvimento não conseguiu, pelas várias determinantes ser homogéneo.

Em Portugal, a evolução tem sido muito mais sequencial e constante do que nos outros países, relativamente novos onde, por vezes, o estado não consegue ainda chegar com a prestação de serviços que pode ser fundamental para a evolução dos sistemas.

3 - Importância da agricultura familiar na Segurança Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

É fácil perceber a importância da agricultura familiar na segurança alimentar, nomeadamente nos PALOP, pois ela será tanto mais importante quanto mais pobres forem as regiões e as comunidades onde elas se desenvolvem.

Um factor importante a ter em atenção, é o de que, a grande maioria dos alimentos que são consumidos, são obtidos com base na produção nacional ou regional e não através da sua comercialização internacional o que realça o conceito de segurança alimentar que cada país deve considerar aquando da definição da sua estratégia.

No quadro nº 3, e com base em dados recentes da FAO, apresentamos para os países da CPLP, a percentagem da população activa para cada um dos países que é um dos indicadores da importância que o sector acaba por assumir em cada um dos países.

Quadro III - População economicamente activa na Agricultura 2010

País	%
Angola	60
Brasil	11
Cabo Verde	17
Guiné Bissau	79
Moçambique	81
Portugal	09
S. Tomé e Príncipe	56
Timor Leste	80

Fonte: FAO - The State of Food and Agriculture 2012

Como já referimos, nem os países nem os dados muitas vezes obtidos, são comparáveis no seu todo embora os países africanos da CPLP sejam classificados como Subsaarianos e resilientes num tipo de agricultura tradicional, camponesa ou familiar em que cada exploração em média não ultrapassa os 2 ha, os instrumentos aratórios são rudimentares e os factores de produção resumem-se muitas vezes à mão de obra que cada “empresa” disponibiliza para as diferentes operações culturais.

Verifica-se que, para os países africanos da CPLP e Timor Leste terão entre 56% e 81% da sua população economicamente activa no sector da agricultura. A exceção é Cabo Verde com apenas 17% mas por ser um país com poucas condições para a agricultura mas, mesmo ali o mundo rural representará bem mais do que aquele valor. O aumento das áreas regadas que se espera que venha a acontecer no país a médio prazo poderá fazer então aumentar a percentagem de agricultores activos que hoje existe em Cabo Verde. No caso do Brasil, a percentagem é apenas de 11% porque a agricultura comercial ou o agrobusiness assume hoje no país uma importância decisiva com uma contribuição para o PIB muito mais alta do que em qualquer outro país e, por isso, com recurso à mecanização e a tecnologia apropriada para o grosso da sua produção. Os 9%

apresentados por Portugal são o corolário da adesão de Portugal à União Europeia com a natural pressão que houve para a sua modernidade que passava, naturalmente, pela necessidade de se aumentar a competitividade dos factores de produção utilizados o que, por sua vez, fez gerar excedentes de mão-de-obra que necessariamente tiveram de ser absorvidos por outros sectores da actividade económica.

Embora se saiba que nos países africanos e em Timor-Leste o essencial da produção seja obtida pelos agricultores tradicionais, é muito difícil fazer a separação entre o que é produzido pela agricultura de subsistência e pela agricultura familiar tal como atrás a definimos.

Na realidade, desde que se tratem de comunidades que, pelos mais diversos motivos, permanecem ou ficam isoladas, e que ainda existem em quase todos os países da CPLP, elas dependem só delas e naturalmente a sua segurança alimentar dependerá exclusivamente daquilo que conseguirem produzir.

Quando as comunidades rurais começam a usufruir da comercialização, é usual que, sem esquecerem a sua subsistência, se vão familiarizando com o mercado não apenas com os produtos agrícolas mas também para a obtenção dos factores de produção. Estes agricultores e as populações que lhe estão ligadas, já sentem a interferência do aumento de preço dos alimentos e dos diferentes factores de produção mas são, essencialmente, as populações sem acesso à terra e sem emprego à volta das cidades, que mais sofrem com a elevação dos preços dos alimentos pois, nem produzem, nem têm dinheiro para os comprar.

3.1 - Alguns dados das diferentes realidades

Embora os dados conseguidos para os diferentes países não sejam comparáveis e por vezes pouco fiáveis, adiantamos de seguida alguns dados com o objectivo único de enaltecer a importância decisiva que a agricultura familiar joga no espaço da CPLP no âmbito da segurança alimentar e conseqüentemente, no desenvolvimento de cada um dos países que a compõem.

Com uma população total de cerca de 250 milhões de habitantes, a CPLP conta ainda com 28 milhões de pessoas em situação de fome e insegurança alimentar e nutricional. Nos países da CPLP a agricultura familiar e os pequenos produtores são os grandes responsáveis pela produção de alimentos, mas também os mais marginalizados e afectados pela fome e insegurança alimentar e nutricional o que não deixa de ser um contrasenso.

3.1.1 - Angola

O quadro nº 4, ilustra de facto a diferença que existe em Angola entre o sector tradicional e o empresarial. O sector tradicional com 99,8% das empresas agrícolas representam 59,3% da área ocupada enquanto que o sector comercial com apenas 0,2% das explorações engloba 40,7 % da área.

Quadro IV - Número de Empresas, Distribuição da Terra e Área Média

Item	Sector tradicional	%	Sector empresarial	%
Famílias/ Empresas	2 242 439	99,8	4 282	0,2
Área total (ha)	3 207 483	59,3	2 205 458,8	40,7
Área média (ha)	1,37		515,1	
Reconhecimento dos títulos de propriedade	Maior dificuldade		Menor dificuldade	

Fonte: Primo, Cabral e Baptista, 2006

Pese embora estes dados, de acordo com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional elaborada em 2009 que confirma aqueles números, adianta que 97% das terras agrícolas cultivadas pertencem à “agricultura familiar” e apenas 3% às unidades empresariais o que nos dá uma ideia da dimensão da importância que aquele tipo de agricultura tem em relação à comercial. É de aceitar que o panorama nos outros países africanos da CPLP e em Timor – Leste o panorama não deverá ser muito diferente com excepção, mais uma vez de Cabo Verde pelos motivos que também já referimos.

3.1.2 - Brasil

Para o caso do Brasil, Portugal em 2004 referia “ A chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios agricultores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais, 50% no Nordeste. Deverão representar 20% das terras e 30% da produção global. Porém em alguns produtos básicos da dieta alimentar do brasileiro como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais, a agricultura familiar chega a ser responsável por 60% da produção. Em geral são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para lilluir os custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e a disponibilidade da mão-de-obra”.

Para a CPLP (2012), “No Brasil a agricultura familiar é responsável principal pelo fornecimento de alimentos básicos, 87% da mandioca, 83% do feijão fradinho, 77% do feijão, 67% do leite de cabra, 57% do leite de vaca, 50% das aves e assegura 74% da mão de obra rural.

Ainda segundo Portugal existem dois aspectos importantes quanto ao futuro da agricultura familiar.

- Um o cenário otimista, é verificar que há vários modelos de sucesso no esforço de desenvolvimento quando os obstáculos são eliminados. Mais que isto, é verificar que as experiências de sucesso têm pressupostos comuns: organização dos produtores,

qualificação da mão-de-obra, crédito, produtos com valor agregado e emprego de tecnologias adequadas desenvolvidas pela pesquisa agro-pecuária.

- O outro, mais desafiante, é fazer que tudo isto aconteça a uma velocidade compatível com os processo de transformação que ocorrem no Brasil e num mundo caracterizado por um mercado globalizado, aberto e competitivo.

3.1.3 – Cabo Verde

Sendo um país onde as determinantes naturais são, geralmente, adversas à prática da agricultura não deixa de ser curioso registrar 89% das propriedades agrícolas estão nas mãos dos pequenos agricultores (CPLP, 2012), que 90% da agro-pecuária vem sendo desenvolvida nas unidades tradicionais.

Verifica-se que o aumento das terras regadas tem vindo a fazer crescer a fatia dedicada à agricultura familiar embora só 15 a 20% da produção se destina à comercialização fundamentalmente frutas, hortícolas e queijo e naturalmente o café que pertence quase exclusivamente às unidades de produção familiar.

Em Cabo Verde, 41.000 famílias dependem do mundo rural ou seja, cerca de 60% de toda a população

3.1.4 – Guiné Bissau

A Guiné Bissau, assistiu nas últimas décadas a uma alteração profunda no mundo rural e que foi o forte incremento da cultura de caju que entretanto se registou. Como a sua produção se destina fundamentalmente à comercialização, ela veio transformar muito dos agricultores de pura subsistência em agricultores familiares. Infelizmente, a facilidade de propagação da cultura de caju e as condições naturais para o seu desenvolvimento no país resultou, muitas vezes, no abandono da prática das culturas de subsistência esperando que, com o dinheiro que conseguem da venda da castanha de caju consigam, de uma forma bem mais cómoda, a sua subsistência. Com a volatilidade do preço das matérias-primas no comércio internacional, tal opção poderá provocar situações de catástrofe e de muita fome em alguns dos anos.

Neste país, 88% das unidades agrícolas, pertencem aos pequenos produtores e que produzirão mais do que 90% dos alimentos essencialmente arroz, milhos, raízes e tubérculos. Porém, esta produção de alimentos, assente essencialmente na exploração dos recursos naturais do país, só assegura alimentação para oito meses do ano (CPLP 2012).

3.1.5 - Moçambique

No caso de Moçambique, Siteo (2005), refere “ a agricultura familiar e constituída essencialmente por pequenas explorações (aquelas que cultivam menos do que 5 ha); este sector concentra 99% das unidades agrícolas (3.090.197 unidades familiares) e

ocupa mais de 95% da área cultivada do país. Com base neste dados será expectável que uma parte muito significativa dos alimentos que alimentam as populações rurais e urbanas sejam produzidos pela agricultura familiar (o termo de agricultura familiar neste caso, engloba as explorações que tanto privilegiam a comercialização dos produtos como a sua subsistência).

3.1.6 – S. Tomé e Príncipe

De acordo com a CPLP (2012), 100% das unidades agrícolas estão na mão da agricultura familiar e dos pequenos produtores.

Sendo um país com uma biodiversidade natural, a população encontra na natureza, grande parte da resposta para as suas necessidades diárias de alimento, porém, a indevida gestão dos recursos naturais que se vem generalizando no país nas últimas décadas, nomeadamente através do abate indiscriminado das florestas, poderá fazer perigar o sistema.

É aceite que mais de 80% da produção agrícola e piscícola seja da responsabilidade dos pequenos agricultores.

3.1.7 – Portugal

Sendo um país integrado na União Europeia e por isso condicionado pela política agrícola comum acaba por ter valores muito pouco comparáveis.

Aceita-se que 76% das unidades agrícolas sejam familiares e que 90% das unidades agrícolas utilizam permanentemente mão-de-obra familiar ocupando 68% da área agrícola útil.

No caso português, o contexto em que a agricultura familiar pretende ser abordada no texto, ou seja, que o objecto dessa agricultura é dedicar, uma grande parte, da produção à comercialização, ganha a sua verdadeira dimensão como acontece também em algumas regiões do Brasil e nos outros países CPLP onde, os mercados funcionam, nomeadamente, perto das cidades.

3.1.8 – Timor – Leste

Para UN (2009), mais do que 80% da população do país e mais do que 94% daquela que vive nos sulcos, depende do sector agrícola como principal fonte de rendimento. Contudo a contribuição do sector agrícola para o PIB não petrolífero rondará os 30% aproximadamente o que dá uma ideia clara da baixa produtividade com que se trabalha o que, naturalmente, faz realçar a pobreza das pessoas que trabalham e dependem do sector.

Henriques confirma, “a maior parte da terra agrícola é usada para a agricultura tradicional a qual é a base de vida da maior parte dos agregados familiares de Timor Leste”.

Com este sobrevoo sobre as realidades da agricultura na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, fica bem realçada a importância que a **agricultura familiar versus a de subsistência** têm no contexto daqueles países mas, muito mais importante do que isso, até pelo número de pessoas que lhe estão ligadas, a relevância que ela poderá assumir para o bem-estar das populações e o desenvolvimento sustentável dos diferentes países.

É evidente que, para a maior parte dos países, grande parte da terra e grande parte das unidades produtivas dependem destes dois tipos de agricultura mas, infelizmente, isso não significa que as populações que as praticam tenham um nível de vida adequado.

Principalmente nos países menos desenvolvidos da comunidade, parece evidente que a agricultura e os agricultores são ainda o que importa trazer “de facto” para a ribalta.

Com base em dados da FAO (2012), infelizmente sem dados para todos os países da CPL, é possível (Quadro nº 5) termos a noção dos malnutridos que ainda existem para lá dos êxitos que já se conseguiram mas que espelham, por outro lado, o muito que ainda falta fazer pelas comunidades rurais.

Quadro nº V – Proporção de mal nutridos e evolução face ao ODM 1 (%)

Países	1990 - 92	1995 – 97	2000 – 02	2006 – 08	Progresso no ODM1
Angola	67	61	52	41	- 39
Brasil	11	10	09	09	- 36
Moçambique	59	47	46	38	- 45

Fonte: FAO, IFAD, WFP Food insecurity in the World (2011)

Embora os progressos tenham sido significativos como se pode verificar pelo quadro nº 5, significa também que, em 2008, ainda existiam 7,2 milhões de pessoas em Angola mal nutridas em Angola, 11,7 milhões no Brasil e cerca de 8,3 milhões em Moçambique e 22 milhões no espaço da comunidade o que nos faz lembrar a importância a que é, cada vez mais e de uma forma real, preciso dar à agricultura que se faz naqueles países e como refere a FAO (2011), **o investimento mais lucrativo que se pode fazer na agricultura é na capacitação de quem a faz isto é, nos seus agricultores e não noutros** o que muitas vezes é esquecido nos planos de desenvolvimento rural que se desenham.

4 – O Futuro

Como referia Portugal já em 2004 “ A agricultura familiar tem pressa”. Saberemos nós dar as respostas adequadas? É a questão que naturalmente hoje se coloca cada vez mais com uma maior acuidade e para a qual as respostas vão tardando.

A agricultura mostrou já ser significativamente mais efectiva na redução da pobreza junto dos mais pobres que qualquer outro sector. Segundo dados da FAO, a agricultura será 3,2 vezes mais eficaz do que qualquer outro sector nas regiões onde as populações auferem apenas menos de 1 dólar

Os governos deverão investir em capacitação que consiga criar o ambiente propício para suportar as melhorias de condições para o investimento na agricultura

Como refere Correia (2012), as condicionantes capazes de, de uma vez por todas promover a Agricultura para o lugar que todos lhe reconhecem podem ser divididos em factores endógenos e exógenos.

Nos **endógenos** podemos englobar tudo o que se prende com políticas de desenvolvimento adequadas às realidades de cada um dos países. Para tal será importante:

- Conhecimento adequado das diferentes realidades
- Assumir sem receio, as suas fragilidades
- Definição clara e consequente das políticas de:
 - Investigação
 - Desenvolvimento rural
 - Importação de bens alimentares
 - Leis das terras
 - Inserção social

No que diz respeito às **exógenas** há que trazer a cooperação internacional para uma colaboração empenhada na resolução efectiva dos problemas e não presa a dogmas e a procedimentos. Nesse sentido ela deve estar:

- Adaptada a cada uma das realidades
- Deve voltar a privilegiar o sector como já aconteceu no passado
- Focada no desenvolvimento e na capacitação dos seus parceiros

Quadro VI - Peso da Agricultura
na % da Ajuda Pública ao Desenvolvimento em 2010

País	APD %
Angola	7,1
Brasil	22,4
Cabo Verde	1,7
Guiné-Bissau	8,3
Moçambique	3,7
S. Tomé e Príncipe	9,0
Timor Leste	2,8

Fonte: FAO - The State of Food and Agriculture 2012

Não deixa de ser curioso a % de APD destinada ao Brasil um país considerado emergente, com uma agricultura competitiva em termos de exportação em muitos produtos e que ao longo dos últimos 40 anos tem apresentado dados, 8,4%; 23,5% e 9,1% respectivamente em 1980,1990 e 2000). A aposta feita pela comunidade internacional e pelo Brasil parece dar razão ao facto de a aposta na agricultura e nos agricultores ser a forma mais efectiva de combater a fome e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país. Como já foi realçado serão os agricultores o grande activo para o desenvolvimento de cada uma das agriculturas, esquecer isso e tentar etapas pode vir a parecer bem no imediato mas fatal no longo prazo.

O diagnóstico está feito há muito tempo, estaremos nós à altura dos reais desafios que se colocam ao sector?

Esperamos bem que sim a bem das gerações vindouras!

Bibliografia consultada

Angelo-Menezes, M. d N. & Neves, D.P (2004) – Agricultura Familiar. Pesquisa, formação e desenvolvimento. Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da Agricultura familiar, 4 (4), Universidade Federal do Pará, Belém.

Baptista, F.O (2001) – Agriculturas e Territórios, Celta Editora, Oeiras.

Correia, A.M.N.G (2012) – Segurança alimentar na lusofonia. Realidades e Perspectivas. Oficina de Segurança Alimentar e Nutricional na Lusofonia: Novos Desafios para o PECS, Rio de Janeiro.

CPLP (2012) – Consulta electrónica. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional na CPLP. Relatório final.

Evande, Praxedes da Silva (2001) – Agricultura familiar: Um todo indivisível. IV Colóquio Hispano-Português de Estudios Rurales, Santiago de Compostela.

ENSAN (2009) – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da República de Angola

FAO; IFAD & WFP (2011) – The state of Food insecurity in the World. How does international price volatility affect domestic economies and food security. Roma

FAO (2012) – The state of food and agriculture – Investing in agriculture for a better future, Rome.

Henriques, P.D.de S.; Narciso, V.; Branco, M (2008) – O papel dos sistemas tradicionais de uso da terra no bem estar das populações rurais de Timor-Leste. Évora

Neto, João Ferreira – (2008) – Angola: Agriculturas e alimentação. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa.

Portugal, Alberto Duque (2004) – O Desafio da agricultura familiar. Embrapa. www.embrapa.br (acesso em: 11/02/13).

Sitoe, Tomás, A. (2005) – A Agricultura familiar em Moçambique. Estratégias de desenvolvimento sustentável. Maputo

UN (2009) – Os objectivos do desenvolvimento do milénio, Timor Leste, Nova York

Vários (2012) – Agenda comum para uma agricultura sustentável – Contribuições das federações de pequenos agricultores da comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP), Documento de posição, Rio+20; Rio do Janeiro.